

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 2



Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
 Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
 Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
 Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
 Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
 Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
 Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
 Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
 Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Maurílio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
 Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
 Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
 Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
 Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
 Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^o Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Saúde: impasses e desafios enfrentados no Brasil 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S255 Saúde: impasses e desafios enfrentados no Brasil 2 /
Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0856-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.567220812>

1. Saúde. 2. Brasil. I. Castro, Luis Henrique Almeida
(Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O Brasil enfrenta grandes desafios na garantia da saúde gratuita e de qualidade a toda a população num momento em que tenta recuperar a capilaridade e a boa gestão pública do Sistema Único de Saúde. Passado o pico epidemiológico da pandemia de COVID-19, faz-se necessário que a comunidade científica compartilhe experiências e reflexões no intuito de avançar o debate das políticas de saúde no país. Contribuindo neste sentido, o e-book “Saúde: Impasses e desafios enfrentados no Brasil” da Atena Editora traz ao leitor 35 estudos técnicos e científicos divididos em 2 volumes que tratam desde o contexto pandêmico nacional até a defesa dos direitos humanos e estratégias de ensino em saúde.

Os artigos foram elaborados por profissionais, docentes e acadêmicos de várias Instituições de Ensino Superior e, agradecendo a colaboração e a dedicação destes autores, desejamos a todos uma boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

CAPÍTULO 1 1**HUMANIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CUIDADO AOS IDOSOS NA UTI**

Rosane da Silva Santana
Wildilene Leite Carvalho
Cristiane Costa Moraes de Oliveira
Lilia Frazão de Oliveira
Jéssica Mykaella Ferreira Feitosa
Ana Patrícia Bulcão da Silva
Daiane Araújo Mendonça Braga
Kárita de Sá Lima Uchoa
Isadora Duarte Pinheiro Barros
Mayrlla Cristina de Macedo Rodrigues
Paula Belix Tavares
Aryanne Thays Feitosa Façanha
Ilzaneth de lima silva
Francinélia de Araújo Caland
Thalita Costa Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208121>

CAPÍTULO 2 12**IMIGRANTES, SAÚDE E DIREITOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Dora Mariela Salcedo Barrientos
Nathalya Tavares
Priscila Mazza de Faria Braga.
Maria Luiza da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208122>

CAPÍTULO 326**IMPACTOS FUNCIONAIS E CARDIORRESPIRATÓRIOS PÓS-COVID-19**

Cinara de Souza Nunes
Gleiciane Moreira dos Santos
Amanda Remus Macedo
Lemuel de Freitas Marques
Walbron Arlan Freire de Sousa
Bruna da Silva Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208123>

CAPÍTULO 438**IMPUREZAS E DESAFIOS NO CONTROLE DE QUALIDADE EM PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO BRASIL**

Lucas do Nascimento Silva
Thania Raquel Alves dos Passos
João Paulo de Melo Guedes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208124>

CAPÍTULO 549**INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO COTIDIANO DE PROFESSORES**

Andressa da Silveira
 Mariana Henrich Cazuni
 Lairany Monteiro dos Santos
 Juliana Traczinski
 Juliana Portela de Oliveira
 Francieli Franco Soster
 Gabrielli Maria Huppes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208125>

CAPÍTULO 659**INFLUÊNCIAS NA INTERRUPÇÃO PRECOCE DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO**

Milena dos Santos Barreto
 Larissa França Padilha
 Leila Batista Ribeiro
 Claudia Rocha de Souza
 Lira Caetano de Lima
 Yanne Gonçalves Bruno Silveira
 Natália Coelho da Silva
 Danilo César Silva Lima
 Claudiana Soares da Silva
 Alberto César da Silva Lopes
 Marcus Vinícius Ribeiro Ferreira
 Pâmella Thaís de Paiva Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208126>

CAPÍTULO 773**INGLÊS NUTRITIVO - UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO INTERIOR DO CEARÁ**

Perla Silva Rodrigues
 Maria Valéria Chaves de Lima
 Aline Bessy da Silva Valente
 Maria Nildenia de Oliveira Rocha
 Ellen Caminha Souza
 Camila Fernandes Maia de Carvalho
 Érica Galdino Félix
 Leonel Francisco de Oliveira Freire
 Helida Lunara de Freitas Aquino
 Thaina Jacome Andrade de Lima
 Karlucy Farias de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208127>

CAPÍTULO 882**INVESTIGAÇÃO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA**

DO ESTADO DO PARÁ

Monique Lindsay de Souza Baia
 Elisângela Ferreira
 Mônica Custódia do Couto Abreu Pamplona
 Fabiane Lima da Silva
 Bruno Thiago Gomes Baia
 Dayara de Nazaré Rosa de Carvalho
 Jessica Costa Mourão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208128>

CAPÍTULO 9 94**NEUTROPENIA FEBRIL, URGÊNCIA ONCO-HEMATOLÓGICA: REVISÃO DE LITERATURA**

Bibiana Fernandes Trevisan
 Adelita Noro
 Aline Tigre
 Vanessa Belo Reyes
 Nanci Felix Mesquita
 Patrícia Santos da Silva
 Ana Paula Wunder Fernandes
 Cristiane Tavares Borges
 Yanka Eslabão Garcia
 Paula de Cezaro
 Ana Maria Vieira Lorenzoni
 Daniela Cristina Ceratti Filippon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5672208129>

CAPÍTULO 10..... 100**O MANEJO DO CHOQUE CARDIOGÊNICO**

Brendda Lee Loureiro de Moraes
 José Siqueira Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081210>

CAPÍTULO 11 105**O PAPEL DO ENFERMEIRO AUDITOR EM CENTRO CIRÚRGICO: REVISÃO NARRATIVA**

Cláudia Carina Conceição dos Santos
 Elizete Maria de Souza Bueno
 Adriana Maria Alexandre Henriques
 Fabiane Bregalda Costa
 Simone Thais Vizini
 Telma da Silva Machado
 Zenaide Paulo Silveira
 Maria Margarete Paulo
 Letícia Toss
 Ester Izabel Soster Prates

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081211>

CAPÍTULO 12..... 111

OS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS E O DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Mezaque da Silva José Rodrigues

Italla Maria Pinheiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081212>

CAPÍTULO 13..... 124

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INTERNAÇÕES POR TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS NO ESTADO DE ALAGOAS, BRASIL

Maxsuel Oliveira de Souza

Mariama Augusto Furtado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081213>

CAPÍTULO 14..... 142

POSIÇÃO DA MULHER NO TRABALHO DE PARTO E PARTO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Marina Mendes Coelho

Letícia Toss

Isadora Marinsaldi da Silva

Fabiane Bregalda Costa

Zenaide Paulo Silveira

Maicon Daniel Chassot

Claudia Carina Conceição dos Santos

Elizete Maria de Souza Bueno

Adriana Maria Alexandre Henriques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081214>

CAPÍTULO 15..... 156

PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO NA POPULAÇÃO LGBTQIA+: REVISÃO INTEGRATIVA

Fabício Vieira Cavalcante

Bruna da Silva Sousa

Marcia Regina Pinez

Camila Rodrigues Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081215>

CAPÍTULO 16..... 166

PSICOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE - A CONSTRUÇÃO DE UMA TECNOLOGIA SOCIAL DE APOIO AO CUIDADOR INFORMAL DE PESSOAS PORTADORAS DE SEQUELAS DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE)

Neudson Johnson Martinho

Rodrigo Ramos Rodrigues Teixeira

Cainan Vitor Santos Pinto da Silva

Gabriel Ramos de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081216>

CAPÍTULO 17..... 174

UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE O USO DO *P* – VALOR EM PESQUISAS NA
ÁREA DA SAÚDE

Orlando Luiz do Amaral Júnior

Maitê Munhoz Scherer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081217>

CAPÍTULO 18..... 179

USO INDISCRIMINADO DE SUBSTÂNCIAS PARA EMAGRECER E OS
DANOS CAUSADOS

Cícero Valter da Silva

Tibério Cesar Lima de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56722081218>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO.....191

OS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS E O DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY- ES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Data de aceite: 01/12/2022

Mezaque da Silva José Rodrigues

Italla Maria Pinheiro Bezerra

RESUMO: Introdução: A transparência nas informações públicas sempre foi alvo de inúmeras discussões no Brasil, considerando-se que a população em todo o território nacional, tem direito e dever de conhecer os investimentos públicos. No caso deste estudo, este tema focou no âmbito da Saúde Pública enquanto uma das bases de qualquer gestão governamental no mundo todo e que no Brasil se estrutura no Sistema Único de Saúde, tido como um modelo internacional de gestão pública na área, porém, sendo ainda incipiente no que tange à qualidade do seu atendimento, dadas as lacunas existentes quanto ao direcionamento de gastos. **Objetivo:** Descrever os serviços de saúde ofertados e o direcionamento dos recursos orçamentários do município de Presidente Kennedy- ES na perspectiva das políticas de saúde, caracterizando-se o referido município de amostragem quanto aos serviços de responsabilidade municipal e os que realmente são prestados por sua

Secretaria de Saúde e ainda, descrevendo-se o direcionamento dos recursos ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde para a prestação dos serviços de saúde pública local. **Método:** Pesquisa bibliográfico– documental estruturada a partir de uma revisão de literatura sobre o universo proposto em soma à observação e coleta de informações direto da base de dados do site da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e de outros órgãos que controlam a estrutura do Sistema de Saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal, em obras preferencialmente publicadas dentre 2010 a 2021. **Resultados:** O estudo permitiu ampliar os conhecimentos a respeito do município foco do estudo no que tange aos serviços de saúde ofertados à sua população, identificando-se a operacionalidade da sua gestão da saúde, bem como os recursos da Secretaria da Saúde e suas aplicabilidades, e ainda a disponibilização e transparência de informações sobre os orçamentos voltados aos gastos com a saúde local e, finalmente, como se obter maior transparência na gestão dos recursos da saúde. **Considerações Finais:** Presidente Kennedy, nos últimos anos, principalmente a partir de 2017, vem investindo de forma significativa na

melhoria de suas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), bem como disponibilizando, no site oficial de sua prefeitura, informações sobre saúde pública. Todavia, também se nota que ainda perduram falhas quanto à transparência do direcionamento dos recursos voltados à área da saúde na cidade, o que permitiu, a este estudo, sugerir alguns pontos base visando ampliar a transparência das informações relativas ao uso dos recursos públicos da saúde neste Município.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública. Gestão em Saúde Pública. Educação Permanente. Sistema Tributário. Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) possui como objetivo base a assistência em Saúde que se configura em uma das Políticas Públicas brasileiras detentoras de um dos papéis político-sociais mais importantes em todo território nacional. Esta se encontra estruturada sob as disposições do art. 196 da Constituição Federal de 1988, na qual a saúde é regida como sendo um direito de todos e dever do Estado, sendo garantida de atendimento, com acesso universal e igualitário para as inúmeras ações e serviços voltados à sua promoção, proteção e recuperação, com vistas a que se propicie a redução do risco de doença e de outros agravos (BRASIL, 1988).

Logo após a promulgação da Carta Magna (BRASIL, 1988), no que tange às garantias constitucionais para a saúde no Brasil e seu atendimento público, foi criada a Lei nº 8080/1990, dispondo a respeito das competências no âmbito do SUS e clarificando a abrangência de cada ente federado, neste contexto, haja vista ser este órgão o responsável pelo atendimento à saúde pública nacional, que se faz presente em todo o território nacional para atendimento da Atenção Primária por intermédio de Unidades Básicas de Saúde e/ou em Postos de Saúde espalhados em bairros (BRASIL, 1990).

Assim, muito se aborda e argumenta a respeito dos recursos financeiros pertinentes à Saúde Pública no Brasil e suas formas de administração municipal, as quais se alicerçam em leis estaduais e municipais que consideram certas especificidades locais, dentre as quais se destaca o recebimento de tributos e *royalties*¹ (BRASIL, 2012).

Assim, tem-se como objetivo deste estudo descrever os serviços de saúde ofertados e o direcionamento dos recursos orçamentários do município de Presidente Kennedy- ES na perspectiva das políticas de saúde

MÉTODO

Este estudo se configurou como sendo uma investigação de cunho bibliográfico-documental, haja vista que se estruturou a partir de uma revisão de literatura sobre o

¹ Segundo o parágrafo único do Art. 1 da Lei n. 12.734/12, compreendem os valores pertinentes às compensações financeiras devidas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pela exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos como rege o parágrafo 1 do art. 20 da Constituição (BRASIL, 2012).

fenômeno da visibilidade do uso dos recursos e a qualidade dos serviços realizados pela política pública de saúde, dando-se ênfase naquela executada no Município de Presidente Kennedy, onde foram analisados os recursos (tributos municipais, transferências governamentais e *royalties* do petróleo) e os serviços que foram prestados à população dentre os anos de 2009 a 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Município de Presidente Kennedy e os serviços de saúde

O Município de Presidente Kennedy está localizado no Sul do Estado do Espírito Santo e possui uma área total de abrangência de 583,932 km, sendo ainda circunvizinhado por 05 Municípios limítrofes. Encontra-se na região Sudeste Brasileira e, neste contexto de divisas, faz fronteira ao sul com o Estado do Rio de Janeiro, demarcado pela ponte sobre o Rio Itabapoana, e ainda com as cidades de Marataízes e Itapemirim ao norte, Atílio Vivacqua e Mimoso do Sul ao oeste, e Oceano Atlântico à leste (PRESIDENTE KENNEDY, 2020).

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstrou que a cidade possuía, quando da execução do mesmo, cerca de 11.742 habitantes, entretanto, em uma nova pesquisa realizada em 2017, registrou um contingente populacional estimado em torno de 11.658 habitantes. Destes, 6.518 indivíduos são do sexo masculino e 5.056 do sexo feminino (IBGE, 2017).

Segundo dados, Presidente Kennedy é a cidade com maior índice do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Brasil (KENNEDY EM DIA, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município em 2010 foi de 0.657, considerado como médio/baixo, tendo faixa etária inferior a 15 anos com 2.436 habitantes, de 16 a 59 anos com 7.074 indivíduos e, de 60 anos ou mais, com 804 pessoas.

Complementando-se as informações acima e segundo os dados do Censo do IBGE (2010), o Município de Presidente Kennedy apresenta expressiva representatividade no PIB nacional, mediante o recebimento de *Royalties* do Petróleo, uma vez que integra o polo petroquímico de Campos dos Goytacazes – RJ. Por outro lado, no que tange à sua economia, abstraindo os *royalties*, tem a agricultura como sua maior responsável pela arrecadação municipal, que gira em torno de 70% aos cofres municipais, sendo o município o maior produtor de leite do Estado (PRESIDENTE KENNEDY, 2020).

Recursos da secretaria de saúde e suas aplicabilidades

Com base na proposta deste subcapítulo, torna-se relevante ressaltar que o Município de Presidente Kennedy não possui uma arrecadação própria que supra todas as suas necessidades. A receita é oriunda dos *Royalties* do Petróleo e de participações especiais sobre o total da receita municipal, que gira em torno de 80%, a maior entre os

Estados brasileiros.

Entretanto, a realidade de Presidente Kennedy, em arrecadação de impostos municipais, apresenta índice muito baixo, o que dificulta honrar compromissos sem a utilização destes recursos, uma vez que, a maior parte da receita da cidade advém destes e seu uso depende da cobrança e da distribuição em um ordenamento jurídico específico e minucioso (G1, 2015).

Tal realidade do Município de Presidente Kennedy permite perceber que o funcionamento do atual Sistema Tributário Municipal conta com a arrecadação de impostos, taxas e cobranças que são feitas pelo Município, os quais, presentemente, acumulam dados de somente vinte por cento (20%) das receitas próprias do Município (TCE-ES, 2019), o que inclui o recebimento de *royalties*, no qual configura uma compensação financeira de oitenta por cento (80%) para o Município.

Importante ressaltar que, o Município de Presidente Kennedy é “o que mais arrecada com *royalties* no Estado” apresentando um montante de cerca de R\$ 288,13 milhões em 2014. Se for analisada a participação *per capita*, o Município “recebe cerca de R\$ 25,6 mil por habitante em *royalties* de petróleo” (FAVARO, 2016, p. 1).

Fundamentando-se nestas informações acima, se destaca ainda e em conformidade com reportagem do G1 (2015), que a cidade de Presidente Kennedy, em 2013, apresentou valor acumulado de R\$ 424 milhões em investimentos de recursos de *royalties* de petróleo, cujo valor, há época da reportagem, quase triplicou, chegando a valores superiores a R\$ 981 milhões. Segundo informe do IBGE, o Município está em primeiro lugar do país neste contexto, com PIB per capita de R\$ 551.967,24.

Intuindo o entendimento do funcionamento tributário, o Município de Presidente Kennedy faz saber, através da Lei complementar nº 2/2008, em seu art. 1º, o estabelecimento das normas tributárias do Município de Presidente Kennedy.

Esta Lei é denominada como Lei do Código Tributário do Município de Presidente Kennedy, na qual se contemplam inúmeras situações, dentre as quais, parte de menções legais voltadas aos Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

Sobre o destino dos *royalties* destinados à educação e saúde, a parcela da participação no resultado é **explicitada pela Lei nº 12.858/2013 em seu art. 1º**.

Maior transparência na gestão dos recursos

Tomando-se por base os objetivos deste estudo, que visaram, no geral, aferir a possibilidade de tornar mais transparente os tipos de recursos públicos destinados à Política de Saúde da cidade de Presidente Kennedy, comparando-os com os serviços efetivamente ofertados na última década, para que se ofereça uma maior compreensão aos munícipes quanto à execução orçamentária dos programas municipais de saúde em seus aspectos quantitativos e qualitativos, identificou-se o seguinte em relação a revisão de literatura e aos documentos e informações obtidos pelo referido órgão estudado:

a) O SUS no Brasil e seus desafios:

O SUS é o sistema público brasileiro voltado aos cuidados com a saúde da população e que se faz presente em todos os Municípios do território nacional, atendendo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja estruturação também considera as disposições legais do art. 5 da CF de 88 (BRASIL, 1988), no que tange à questão de direitos cidadãos sob os princípios da igualdade e acessibilidade à assistência à saúde a que todo cidadão faz jus, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

Todavia, foram identificadas algumas dificuldades enfrentadas para implementação destes programas e políticas acima evidenciados junto ao SUS, em algumas literaturas específicas, como visto no Quadro 1.

PONTOS QUE DENOTAM AS DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS JUNTO AO SUS
Pouca articulação entre gestores, trabalhadores, controle social e das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES);
Reduzida implantação das CIES regional;
Participação incipiente dos gestores municipais;
Indefinição de parâmetros para a construção dos projetos;
Ausência de avaliação acerca dos projetos desenvolvidos;
Mudanças necessárias nas práticas de formação, gestão e atenção na saúde;
Dificuldades na utilização dos recursos financeiros;
Desigualdades no atendimento às competências comuns aos órgãos federativos, estaduais e municipais, do ponto de vista econômico, social, demográfico, geográfico, principalmente no que concerne à organização de serviços;
Desigualdade social, diversidade sociocultural e singularidade epidemiológica.

Quadro 1 - Dificuldades encontradas para implementação de programas e políticas públicas junto ao SUS

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Modolo (2017).

Neste contexto, embora não se tenha evidenciado, neste estudo, a implementação do PNEPS e da EPS pela Secretária de Saúde de Presidente Kennedy, é possível que se afirme que tal instituição pública municipal vem, gradativamente, tentando modificar a gestão do SUS por meio de ações de reforma de suas unidades, onde se acredita que, futuramente possa também vir a investir nos seus profissionais mais contundentemente, evidenciando seu comprometimento ao atendimento destes programas.

Diante disto, ficou claro que, tanto a PNEPS quanto a EPS se tornam ferramentas essenciais à Secretaria de Saúde de Presidente Kennedy no que se relaciona diretamente com a forma do atendimento como um todo.

Pode-se então afirmar que, as criticidades apresentadas no Quadro 5, impactam a qualidade do atendimento dos serviços de saúde pública ofertadas pelo SUS e, com

isso, denotam o não cumprimento à risca das determinações legais contidas nas Políticas Públicas de Saúde, afetando diretamente as transparências dos serviços do SUS, também em Presidente Kennedy.

b) Políticas Orçamentárias da Saúde Pública:

O estudo também permitiu verificar que as Políticas Orçamentárias, denominadas por Políticas Fiscais, integram a Política Econômica de um País, tendo por objetivo, controlar e assegurar a manutenção da estabilidade econômica de um local, amortecendo as flutuações cíclicas da economia e promovendo seu crescimento por meio de inflações baixas e empregabilidade com o emprego pleno de todos os recursos produtivos de uma nação.

Para tal, a Política Orçamentária do SUS, segundo determina a CF, se divide em: “orçamento fiscal, orçamento das estatais e orçamento da Seguridade Social” (BRASIL, 1988, p. 1), cujas transferências são oriundas dos recursos federais por meio da classificação “modalidade de aplicação da despesa”, e que conta com valores percentuais, assim proporcionados.

Salvo a relevância destas transferências para que se garantam gestões públicas mais fidedignas às necessidades populacionais em divergentes âmbitos, este estudo identificou ainda que, a aquisição de recursos também promove ao Fundo de Participação dos Municípios, seguindo-se as orientações de Grellmann e Silva (2017), a receita do Imposto sobre Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Fazendo referência à Política Orçamentária, especificamente a voltada à saúde pública nacional, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) é o gestor financeiro, o que se dá através de mecanismos que possam disponibilizar informações para a sociedade relativos aos custos, investimentos e financiamentos no âmbito do SUS, recolhidos das fontes federais sobre os tributos.

Na literatura de Sousa (2017) e do Portal FNS (2021), notou-se que tal gestão é de competência da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, cujos valores são fundamentos no Plano Nacional de Saúde, no Planejamento Anual do Ministério da Saúde, nos Orçamentos Anuais, nas Diretrizes Orçamentárias e nos Planos Plurianuais, assim definidos: 45% dos recursos do seguro os Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT); 12% para os Municípios e o Distrito Federal, ocorrendo anualmente, e 15% para os Estados.

O FNS ainda considera os valores concernentes ao TFG, TFGGE e TFGM, todos embasados na PPI, cujo TFA estadual ou municipal é definido a partir do PAB, considerando, para tal, variações fixas voltadas à atenção básica ambulatorial e variáveis para os demais incentivos da atenção básica, incluindo gastos da vigilância sanitária e epidemiológica de cada Estado/Município, os quais são somados as necessidades da AAMAC que, por sua vez, engloba, segundo Manguieira *et al.* (2001), procedimentos ambulatoriais de média

complexidade, medicamentos e insumos excepcionais, órtese e prótese ambulatoriais, no Alto Custo/Complexidade e na Atenção Hospitalar.

No entanto, mesmo com todo o direcionamento para transferência de recursos à saúde pública, nota-se, tanto em Mangueira *et al.* (2001) quanto em Leite, Lima e Vasconcelos (2012), que estes não vão ao encontro das reais demandas populacionais, como se vê no Quadro 2.

PONTOS CRÍTICOS
Inexistência de estudos geográficos e demográficos na área da saúde;
A relação dos estudos acima com articulações técnicas;
Problemas com a qualificação dos funcionários públicos que tratam do cumprimento das legislações orçamentárias;
Falta de conhecimento pleno sobre as diretrizes das políticas orçamentárias por parte dos conselheiros;
Não comprometimento dos conselheiros.

Quadro 2 – Falhas na transferência dos recursos públicos à saúde no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gobbo Júnior (2019).

Sob tais aspectos orçamentários, e destacando-se as menções das literaturas de Mangueira *et al.* (2001), Leite, Lima e Vasconcelos (2012), Modolo (2017) e Sousa (2017), a Secretaria da Saúde de Presidente Kennedy segue as determinações do Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo e do Plano Estadual de Saúde 2020-2023, também informados o próprio Governo do Estado do Espírito Santo (2019).

Em soma aos repasses da União e do Estado, a receita da cidade advém dos *Royalties* do Petróleo e de participações especiais sobre o total da receita municipal que gira em torno de 80%. Esta é a maior entre os Estados brasileiros, possibilitando, como se observou em Caçador e Monte (2013) e em Reis e Santana (2015), uma melhoria nos investimentos da saúde pública local, que também se executam por meio das arrecadações de impostos, taxas e cobranças municipais, os quais giram em torno 20% das receitas próprias do Município (TCE-ES, 2019).

A relevância dos *royalties*, destacada neste estudo, e voltada a cidade de Presidente Kennedy, se justifica também pela presença do projeto de construção de um Terminal Portuário Especializado na Exportação de Minério de Ferro e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) que ligará o Município à outras localidades, efetivando, deste modo, o crescimento socioeconômico local, e com ele, impactando a questão da saúde pública local, que necessitará de maiores investimentos no SUS para atendimento da massa populacional que tais empreendimento trarão à cidade.

c) A Saúde Pública em Presidente Kennedy

Presidente Kennedy é uma cidade que apresenta as seguintes características vistas

no Quadro 3.

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY	
Localização:	Região Sudeste - Sul do Estado do Espírito Santo
Área Geográfica:	583,932 km
Pontos Limítrofes:	Municípios de Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Marataizes e Mimoso do Sul. Oceano Atlântico a Leste.
Vias de acesso:	Rodovia BR-101, ES-162 e ES 060
Distância da capital Vitória:	158 km em linha reta
Regiões socioeconômicas que integra:	Mesorregião Sul do Estado, como também, segundo o Plano Diretor de Regionalização Estadual, a Macrorregião Sul do Espírito Santo.
História:	1851 – Vila fundada pelo Padre José de Anchieta; 1964 – Emancipação para Município
Contingente populacional:	IBGE (2017) – média de 11.658 habitantes (6.518 homens; 5.056 mulheres); Agentes Comunitários de Saúde (ACS) (2018) - 14.600 habitantes (7.329 homens; 7.271 mulheres).
Dados socioeconômicos:	Baixo IDH; Maior PIB per capita do Brasil; Base econômica: agricultura, turismo e exploração de petróleo e gás natural.

Quadro 3 - Características do Município de Presidente Kennedy

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2017); PMPK (2018b); Espírito Santo (2019).

Diante das expectativas atuais de crescimento municipal e alinhada ao Plano Estadual de Saúde 2020-2023, a prefeitura elaborou o “Caderno de Planejamento Estratégico do Município 2018 – 2035” com as principais premissas vistas no Quadro 4:

PRINCIPAIS PREMISSAS DO “CADERNO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO 2018 – 2035
Reformar e organizar as UBSs já existentes;
Implantar unidades de apoio;
Melhorar a estruturação das ESFs dividindo-as em 6 grandes áreas para atendimento das localidades denominadas por Microáreas, de modo a se facilitar o atendimento da ABS e dos agentes comunitários;
Estruturação funcional das UBSs, conforme regem as devidas legislações e políticas públicas de saúde, tanto no âmbito da atenção básica, quanto da secundária e terciária;
Implementação e incentivos ao Programa de Benefícios Eventuais em Saúde para dispensação de dispositivos, acessórios, materiais auxiliares, monitoramentos de índices glicêmicos, fraldas infantis e geriátricas, leite e dietas enterais, seguindo as premissas da Classificação Internacional de Doenças (CID-10);
Intensificação da qualificação de profissionais capacitados para as emissões de laudos médicos necessários para tal concessão;
Melhoria do Sistema Eletrônico de Gestão em Saúde.

Quadro 4 – Principais premissas do “Caderno de Planejamento Estratégico do Município 2018 – 2035

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PMPK (2018a, 2018b).

Dentre estes principais pontos planejados no referido Caderno Estratégico da Prefeitura de Presidente Kennedy, este estudo identificou as reformas estruturais das UBSs que, por sua vez, possibilitaram melhorar também, os procedimentos de atendimento inicial que ocorrem em suas recepções, tendo em vista as melhorias realizadas no Sistema Eletrônico de Gestão em Saúde, agilizando e facilitando os diversos controles da gestão do setor.

Como resultado, verificou-se que, a partir de 2019, o faturamento das consultas do SUS aumentou, tendo em vista à demanda crescente na procura de seus serviços que, através de todas as reformas, se tornaram mais qualitativos.

Somando-se a tudo isto, a Prefeitura também proveu a aquisição, em 2020, de uma frota com 10 ambulâncias para atendimento das UBSs e implantou, no Município, o serviço SAMU, sendo este financiado com o apoio do Estado e da federação.

Mediante toda esta análise, e visando o atendimento da proposta deste estudo, foi possível verificar, com base nos dados da SIOPS/DATASUS (2020) e CidadES-CTEES (2020), que, dentre o período de 2009 a 2019, o gasto anual com a saúde pública de Presidente Kennedy teve expressivo crescimento anual, principalmente dentre 2009 a 2010, 2010 a 2011, 2013 a 2014, 2015 a 2016, 2017 a 2018.

Os aumentos mais significativos condizem aos períodos de 2013 a 2014, de 2015 a 2016 e de 2017 a 2018. Segundo informes obtidos na Secretária de Saúde, estes se deram mediante investimentos diversos no setor. Já dentre 2011 a 2012, bem como, 2014 a 2015, 2016 a 2017, e 2017 a 2018, os gastos em saúde anual foram decrescentes, com médias muito similares neste sentido.

Complementando-se, este estudo pôde analisar, comparativamente, os gastos em saúde anual de Presidente Kennedy com seus vizinhos limítrofes segundo os informes da SIOPS/DATASUS (2020) e CidadES-TCEES (TCE-ES, 2019), o que promoveu ao pesquisador verificar que, a cidade tem, dentro do período estudado, realizado excelentes investimentos, os quais são superiores aos de Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul e Marataízes, ficando atrás apenas de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, que, por sua vez, são cidades maiores e melhor estruturadas.

Em continuidade a esta análise primordial ao alcance do objetivo deste estudo, ainda se verificou, comparativamente entre as cidades, dados relativos aos gastos anuais em saúde per capita dentre 2009 e 2019, os quais foram adquiridos das fontes SIOPS/DATASUS (2020), CidadES-TCEES (2020) e TABNET/DATASUS (2020).

Fica evidente que, dentre todas as cidades analisadas, Presidente Kennedy é a que mais gasta com saúde por habitante, com valores muito superiores aos de Cachoeiro do Itapemirim, que é uma Macrorregião, salientando o quanto o Município se preocupa com a saúde pública local.

Sendo assim, como resposta ao questionamento, pode-se compreender que tais demonstrativos deveriam ser disponibilizados à população de forma a demonstrar que

os recursos do Município, no que é tangível ao âmbito da saúde, vêm sendo muito bem direcionados.

A disponibilização e transparência das informações orçamentárias deste Município são acessíveis no *site* oficial da PMPK, que possui um link específico voltado à Saúde Pública, visando fornecer informações e orientações importantes neste sentido.

Identifica-se que a estruturação da página foi bem pensada e atende necessidades divergentes pertinentes à saúde pública local, até mesmo por indivíduos com menor instrução e pouco conhecimento digital. Todavia, ainda não existe um *sublink* específico para informes a respeito dos gastos públicos em saúde, o que permitiu ao pesquisador sugerir uma reformulação deste.

Considerando-se ainda que Presidente Kennedy é uma cidade essencialmente ruralista, a realização de Audiências Públicas por localidade e em período noturno seria uma excelente forma de levar à população maiores orientações e esclarecimentos no que diz respeito à saúde pública do Município.

Levando-se em conta também as fontes e direcionamento pertinentes aos 15% dos repasses municipais para gastos com saúde pública, há de se ressaltar que Presidente Kennedy já possui o maior repasse de *royalties* do país, os quais serão ainda mais importantes a futuros investimentos do Município em divergentes outros âmbitos, com a chegada do Porto Central e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o foco deste estudo, centrado na análise da gestão da saúde em Presidente Kennedy, se fez possível identificar que o Município, apesar de ser ainda pequeno no contexto urbano, apresenta-se como potencial área de desenvolvimento socioeconômico, já salientado pelo PIB por ele representado em nível nacional, uma vez que detém altos valores em *royalties*, os quais ainda poderão ser mais ampliados com a efetivação dos projetos do Porto Central e da Estrada de Ferro, que estão em fases de liberações.

No que pese a porcentagem de 15% de investimento disposto nas legislações nacional que garantem o custeio da gestão pública em saúde do município estudado, estas se valem também das arrecadações municipais e *royalties* do petróleo.

Assim, com relação à gestão da saúde pública na cidade, dentro do período estudado, que correspondeu de 2009 a 2019, notou-se que os investimentos vêm se demonstrado potenciais, principalmente quando comparados aos realizados pelas cidades limítrofes, dentre as quais encontra-se Cachoeiro do Itapemirim, que é sede de uma Macrorregião superimportante no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

O estudo pôde ainda apresentar a forma pela qual Presidente Kennedy divulga informações sobre a saúde pública na cidade, realizáveis por meio digital através do *site* da

prefeitura e um *link* específico, no qual o usuário acessa as orientações e diferentes dados sobre a temática.

Todavia, também foi possível identificar a inexistência de informações a respeito do orçamento e do direcionamento de recursos e seus gastos à saúde pública local no referido *site*, o que promove curiosidade, insegurança, dúvidas e formações de opiniões, por vezes, contrárias ao que a gestão do Município vem se comprometendo a fazer, principalmente de 2017 até o corrente ano, onde lançou um Caderno de Planejamento Estratégico do Município 2018 – 2035, que também faz jus as questões da saúde pública, promovendo altos investimentos em reformas físicas e funcionais das UBSs existentes, aquisição de frota de ambulâncias e integralização ao SAMU, dentre outras.

Desse modo, o estudo permitiu ao pesquisador algumas sugestões, tanto de ordem eletrônica quanto em formato físico, para que haja uma maior participação da população local, que em sua grande maioria é composta de ruralistas, bem como, buscando ampliar os conhecimentos destes no que diz respeito aos seus direitos de cidadãos de acessibilidade aos serviços do SUS, quanto aqueles que dizem respeito à efetividade da aplicação dos recursos angariados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 20.9.1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012**. Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos **royalties** e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12734.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 10.9.2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

ÇAÇADOR, S. B.; MONTE, E. Z. Impactos dos royalties do petróleo nos indicadores de desenvolvimento dos Municípios do Espírito Santo. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 267-278, jul. /dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/FfcccWqbSPH8t7B7kXRqdLq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2020.

CIDADE-BRASIL. **Estado do Espírito Santo – Município de Presidente Kennedy**. 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-presidente-kennedy-es.html>. Acesso em: 09 ago. 2021.

DATASUS. tabnet.datasus.gov.br/tabnet/tabnet.htm. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/prid02br.def>. Acesso: 22 jul. 2021.

DATASUS/ SIOPS. **Indicadores Municipais** – Presidente Kennedy-ES. Disponível em: <http://siopsasp.datasus.gov.br/CGI/deftohtm.exe?SIOPS/serhist/municipio/mIndicadores.def>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Saúde**. 2019. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/Plano%20Estadual%20de%20Sa%C3%BAde%20-%20PES%20-2020-2023.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

FAVARO, C. Presidente Kennedy tem mais de R\$ 1 bilhão no banco. **Jornal A Tribuna**. Vitória, 20 de jan. 2016, p.22 – Economia. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170116_aj24213_municipio_presidentekennedy.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

G1 ES. **Recurso de royalties passa de R\$ 900 milhões em P. Kennedy, no ES**, 20 de maio de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/05/recurso-de-royalties-passa-de-r-900-milhoes-em-p-kennedy-no-es.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

GOBBO JÚNIOR, M. **Previne Brasil**: entenda a o novo financiamento da atenção básica. 2019. Disponível em: <https://pebmed.com.br/previne-brasil-entenda-a-o-novo-financiamento-da-atencao-basica/>. Acesso em: 21 ago. 2021

GRELLMANN, G; SILVA, L.G.Z. da. Transferências governamentais: uma análise da variação fundo de participação dos Municípios e ICMS na região do Conselho Regional de Desenvolvimento Rio da Várzea. In: SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO EM COMÉRCIO INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL, 8, 2017, Cerro Largo-RS. **Anais...** Universidade Federal da Fronteira do Sul, Campus Cerro Largo, RS. 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:t64a4sllCnwJ:https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/viii-simpósio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/anais+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=32>. Acesso em: 01 ago. 2021.

_____. **Panorama Presidente Kennedy**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>. Acesso em: 22 ago. 2020.

KENNEDY EM DIA. Presidente Kennedy tem mais de R\$ 1 bilhão no banco. **Kennedy em dia**, 20 de janeiro de 2016. Economia. Disponível em: <https://kennedyemdia.com.br/noticia/1892/presidente-kennedy-tem-mais-de-r-1-bilhao-no-banco>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LEITE, V.R.; LIMA, K.C; VASCONCELOS, C.M. de. Financiamento, gasto público e gestão dos recursos em saúde: o cenário de um Estado brasileiro. **Ciênc. Saúde coletiva**, Vol. 17, n.7. Jul 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/csc/a/rHLKBhjX7t6DQNHvPbVdPGp/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MANGUEIRA, J.A.B. et al. **Orientações sobre aplicação de recursos financeiros do SUS repassados ao Fundo**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Jan. 2001. Disponível em: http://www.mpgg.mp.br/portalweb/hp/2/docs/orientacoes_aplicacao_recursos_sus_2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

MODOLO, Daniel. **Resumo - História do SUS**. 10 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.resenciamedica.com.br/resumo-historia-do-sus/>. Acesso em: 04 set. 2020.

PORTAL FNS. **Sobre o FNS**. 2021. Disponível em: <https://portalfns.saude.gov.br/sobre-o-fns/>. Acesso em: 05 set. 2021.

PRESIDENTE KENNEDY. **Caderno Planejamento Estratégico Presidente Kennedy – 2018- 2035**. 2018a. Disponível em: <https://www.portocentral.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/Livro-para-o-site.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**. 2018b. Disponível em: https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/filemanager/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20SA%20C3%9ADE_2018%20A%202021_OFICIAL_APROVADO%20PELA%20RESOLU%20C3%87%20C3%83O%20N%C2%BA%2009.2017%20DO%20CONSELHO%20MUNICIPAL%20DE%20SA%20C3%9ADE.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. **Presidente Kennedy**. 2020. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

REIS, D. A.; SANTANA, J. A. Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos Municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 91-117, jan. /fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/wGXy8wJK3np3YB8FsMZZCYp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SOUSA, J. H. B. **O encontro da transparência pública com a participação social: um estudo do uso da transparência governamental no controle social do SUS**. 2017. 120 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9369/1/Tese_jose_helder.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TCE-ES. **Painel de Controles**. 2019. Disponível em: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

A

Acessibilidade 20, 50, 51, 115, 121
 Acidente vascular encefálico 166, 167, 169, 173
 Agente comunitário de saúde 18, 23, 24
 Aleitamento materno 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72
 Auditoria de enfermagem 105, 106, 107, 108, 109, 110

C

Choque cardiogênico 100, 101, 102, 103, 104
 Comportamento 31, 146, 148, 149, 150, 152, 154, 160, 161
 Controle de qualidade 38, 40, 41, 46
 Covid-19 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 170

D

Depressão 15, 30, 36, 68, 71, 135, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 172, 183, 185
 Desempenho físico funcional 27
 Desmame precoce 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71

E

Educação alimentar e nutricional 74, 75, 76, 79, 80
 Educação em saúde 166, 167, 169, 172
 Educação infantil 49, 51, 58, 74, 75
 Educação permanente 112
 Evidência estatística 174, 177

F

Fadiga 17, 26, 27, 28, 29, 30, 144, 172

G

Gestação 15, 22, 60, 61, 67, 68, 82, 84, 86, 87, 91, 92
 Gestão em saúde pública 112

H

Hipóxia 27, 28, 34

I

Inclusão escolar 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58
 Internação hospitalar 124

L

Lactação 60, 62, 63

M

Maternidade 66, 68, 71, 72, 82, 85, 144, 151, 154

N

Neutropenia febril 94, 95, 96, 97, 98, 99

O

Obesidade 79, 80, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 189

Orientação sexual 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164

P

Preparações farmacêuticas 38, 41

p-valor 174, 175, 176, 177

S

Saúde da mulher 70, 153, 154

Saúde pública 18, 23, 45, 69, 72, 93, 111, 112, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 129, 140, 141, 154, 156, 157, 187, 189

Sexualidade 23

Sibutramina 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Sífilis congênita 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93

Síndrome do desconforto respiratório 27, 29

Sistema Tributário 112, 114

Sistema Único de Saúde 3, 21, 22, 56, 111, 112, 126, 128, 140, 162

T

Trabalho de parto 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Transtorno mental 124, 127, 138, 140

U

Urgência onco-hematológica 94

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 2

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 2

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br